



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

DAIRINE LARA TAVARES DE CARVALHO

**DIRETRIZES EDUCACIONAIS CABO-VERDIANA E A DESCOLONIZAÇÃO
DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

DAIRINE LARA TAVARES DE CARVALHO

**DIRETRIZES EDUCACIONAIS CABO-VERDIANA E ADESCOLONIZAÇÃO
DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Teodoro Trinidad.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2018

DAIRINE LARA TAVARES DE CARVALHO

**DIRETRIZES EDUCACIONAIS CABO-VERDIANA E A DESCOLONIZAÇÃO
DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 05/06/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristina Teodoro Trinidad (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Fernando Jorge Pina Tavares

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DE PESQUISA	7
3	OBJETIVOS	8
3.1	OBJETIVO GERAL	8
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
4	JUSTIFICATIVA	8
4.1	REVISÃO DE LITERATURA	9
5	QUADRO TEÓRICO	17
5.1	AFROCENTRISMO	17
5.2	DESCOLONIZAÇÃO	18
5.3	POLÍTICAS CURRICULARES	20
5.4	CURRÍCULO	21
6	METODOLOGIA	22
7	CRONOGRAMA	25
	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

Cabo Verde foi descoberto no ano de 1460, pelos navegadores portugueses. As primeiras ilhas descobertas foram possivelmente Santiago, Maio, Boa Vista, Fogo e Sal. As demais ilhas, Brava, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia e Santo Antão, foram descobertas em 1462. As primeiras ilhas a serem povoadas foram Santiago e Fogo, sendo que na ilha de Santiago foi erigida a primeira cidade construída pelos europeus nas colônias. A cidade de Ribeira Grande, foi a primeira a ser construída por possuir uma localização estratégica e fundamental para a exploração da costa africana e o caminho para a Índia, assim, como para o tráfico de escravos. Consequentemente, era mais vulnerável a ataques de piratas, por conta disso, a cidade foi transferida para a cidade da Praia, considerada um local militarmente mais defensível. O país é um arquipélago, localizado ao largo da costa ocidental da África, com uma área total de 4.033 km², constituído por 10 ilhas, dessas, apenas 9, são habitadas. Em 2016, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, havia uma população estimada em 530.931 habitantes, sendo que sua maioria vivia fora do território nacional.

Em relação à questão climática, o país possui clima tropical seco. Devido a isso, há inexistência de recursos naturais. Por possuir uma localização estratégica entre os três continentes, Cabo Verde tem no turismo e na prestação de serviços, em destaque para os serviços portuários e aeroportuários, seus pontos essenciais, para o seu desenvolvimento. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2018) a economia cabo-verdiana somou 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB), no ano de 2017.

O regime político de Cabo Verde é considerado um dos mais democráticos da África. Se encontra dividido em quatro órgãos de poder, o presidente da república, a assembleia nacional, o governo e os tribunais. Mas é no parlamento, enquanto centro do sistema, que se decidem as questões estruturais. O país possui um elevado número de mulheres em cargos políticos, por isso, é considerado um dos países da África, que incentiva a igualdade do gênero e o engajamento igualitário de mulheres na política.

Sobre a escolha do tema deste projeto, um motivo importante se deu a partir da minha entrada na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), mais concretamente, a partir do momento em que tive contato com

os componentes curriculares das disciplinas, que, na sua maioria, incluíam e incluem conteúdos sobre a realidade de países africanos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), dentre os quais, o meu país de origem, Cabo Verde.

Com o contato com tais componentes, passei a recordar e, ao mesmo tempo, a questionar a minha trajetória escolar, desde o ensino primário¹ até o ensino secundário², realizados na ilha de Santiago. Do meu ponto de vista, e o que mais passei a questionar, foram os componentes curriculares dos cursos pelos quais passei, que eram demasiados eurocêntricos³. O uso do crioulo, por exemplo, língua materna falada em território nacional, foi totalmente proibida durante o regime colonial e, assim, continuou após a independência.

Nos anos de 2000 a 2006, período em que frequentei o ensino primário, quem não sabia falar o português era motivo de piada e inibido de falar crioulo e o/a professor/a exigia que falássemos em português, na sala de aula. O que era difícil e perverso, tendo em conta que “a língua cabo-verdiana, [que] é a língua através da qual a criança exprime palavras, constrói as suas primeiras frases e as suas primeiras representações do mundo e da vida.” (AFONSO; VIANA; QUINT, 2017, s. n).

No ano de 2008 a 2009, frequentava o 10º ano do ensino secundário, havia uma única disciplina, denominada: *Cultura cabo-verdiana*, que retratava sobre a realidade do país, abordando temas sobre a cultura e a tradição cabo-verdiana, porém, avaliando hoje, era impossível um único componente curricular dar conta da imensa diversidade cultural, existente no arquipélago.

Por isso, com o meu ingresso na universidade em 2016, estudando a partir de uma proposta curricular diferenciada, pude refletir e chegar à conclusão de que existem muitas lacunas no sistema educativo cabo-verdiano à qual fui submetida ao longo do meu percurso enquanto aluna, em que aprendia mais sobre o continente europeu, do que sobre o continente africano. Desde aquela época e, talvez, até os dias de hoje, nas escolas primárias e secundárias, há uma ausência de materiais didáticos que abordem sobre Cabo Verde, nos livros didáticos e, principalmente, em suas ilustrações, eu não me via representada, havia pouquíssimos conteúdos ou temas referentes a história, a cultura, e a tradição do arquipélago.

¹ Ensino primário em Cabo Verde, corresponde ao ensino fundamental no Brasil.

² Ensino secundário em Cabo Verde, corresponde ao ensino médio no Brasil.

³ “Eurocentrismo [...] uma ideologia e paradigma, cujo cerne é uma estrutura mental de caráter provinciano, fundada na crença da superioridade do modo de vida e do desenvolvimento europeu-ocidental.” (BARBOSA, 2008, p. 47)

Sendo assim, avalio como necessário uma reflexão sobre a educação e, particularmente, sobre as políticas curriculares e os currículos existentes no sistema escolar em Cabo Verde, visando, maior conhecimento sobre o passado, e, quiçá, iniciar um processo de análise e alternativas às propostas curriculares, pautadas em uma visão afrocentrada.

A título de exemplo, mesmo Cabo Verde sendo um país independente há 42 anos, ainda há forte ligação com Portugal. Essa relação impacta diretamente no sistema educativo do país, já que, os materiais didáticos e os autores estudados são, em sua maioria, europeus. Mesmo quando é possível estudar com materiais e autores nacionais, ainda prevalece a supervalorização da cultura, da tradição e da língua do colonizador.

É possível analisar que o resultado desse processo, a partir do momento em que o aluno entra em um ambiente escolar que não retrate nada do país ao qual pertence, não terá com o que se identificar e passará a se identificar com a cultura do europeu, no caso, do português. Por isso, neste projeto, considero fundamental o desenvolvimento de refletir sobre propostas de currículos, que correspondam com a realidade à qual o estudante faz parte.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

De acordo com o cenário apresentado, é possível constatar que o sistema educacional cabo-verdiano ainda é permeado por uma visão eurocêntrica e que há lacunas tanto nas propostas de políticas curriculares quanto nos currículos desenvolvidos pelas escolas, voltadas para a valorização da cultura, da tradição e da língua cabo-verdiana. Sendo assim, considero o contexto atual da educação de Cabo Verde que teço a seguinte pergunta problematizadora:

- ✓ Quais são as estratégias utilizadas pelas escolas do ensino primário e secundário em Cabo Verde, visando o desenvolvimento de currículos que reconheçam e valorizem a cultura africana, tendo como resultado à sua descolonização?

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

- ✓ Analisar os currículos que estão sendo implementados nas escolas do ensino primário e secundário, visando identificar conteúdos sobre a valorização da cultura, da tradição e da língua cabo-verdiana, direcionados à descolonização curricular.

3.2 ESPECÍFICOS

- ✓ Mapear os currículos implementados por escolas da educação primária e secundária;
- ✓ Identificar e analisar como os temas relacionados à valorização da cultura, da tradição e da língua cabo-verdiana, encontram-se nos currículos da educação primária e secundária;
- ✓ Analisar a visão de professores de escolas primárias e secundárias, sobre o desenvolvimento de conteúdos voltados valorização da cultura, da tradição e da língua cabo-verdiana, visando a construção da identidade cultural dos seus alunos.
- ✓ Verificar como alunos do ensino secundário percebem a presença da valorização da cultura, da tradição e da língua cabo-verdiana, no contexto escolar.

4 JUSTIFICATIVA

Considero importante trabalhar a temática apresentada, uma vez que Cabo Verde é um país independente a 42 anos e que continua a se relacionar com a Portugal, principalmente no sistema educativo do país. Com o projeto, pretendo contribuir com a análise sobre a necessidade do desenvolvimento de uma educação

escolar que leve em consideração a realidade socioeconômica do arquipélago, facilitando, assim, o processo de construção de identidade dos estudantes, e, conseqüentemente, diminuindo a supervalorização da cultura, das tradições e da língua do colonizador, já que, tudo indica que é difícil fazer com que o estudante assuma sua identidade, quando o ambiente escolar não retrata a realidade a qual pertence.

Outro fator importante é com o projeto será possível verificar a inclusão, nos currículos, de um maior número de disciplinas/conteúdos que retratem a cultura, as tradições e a língua cabo-verdiana, enquanto elementos constituidores da identidade do estudante. Também, com o desenvolvimento do projeto, podemos compreender quais os conhecimentos dos alunos sobre o lugar ao qual vivem. Ou seja, com o projeto será possível refletir sobre a educação em Cabo Verde, de modo a reconhecer o passado, para descobrir as origens das tradições educativas, e compreender o porquê do sistema educativo cabo-verdiano permanecer com tantas marcas europeias.

A importância do projeto se justifica, também, para analisar as diretrizes que estão sendo implementadas, e quais são as possibilidades para o desenvolvimento de estratégias para descolonizar os currículos, no arquipélago. Reforçando, principalmente, a importância da língua, como forma de emancipação cultural das novas gerações.

Essa pesquisa será importante e significativa, no âmbito acadêmico e social. No âmbito social, contribuirá para que as pessoas tenham conhecimento acerca das lacunas existentes na educação em Cabo Verde, e o que se tem feito para mudar esse cenário. Já, no âmbito acadêmico, a mesma somará àquelas que vêm sendo realizadas e aumentará o acervo para futuras pesquisas relacionadas ao tema.

4.1 REVISÃO DA LITERATURA

Em Guiné Bissau, a luta pela independência ocorreu em 1964, liderada por Amílcar Cabral e, 13 anos depois, foi proclamada a independência de Cabo Verde, ocorrida em 5 de julho de 1975. Em relação ao contexto educacional, de acordo com Morais (2009, p. 27), após a independência o país “passa por um período de adaptação de dois anos, nos quais tentou sanar a situação educacional do tempo colonial.” Isto é, como país independente, tomou-se esse período de adaptação,

com o propósito de se distanciar do modelo de educação português, deixado pelo colonizador. Nessa perspectiva, segundo o autor (2009 apud TOLENTINO, 2006, p. 25)

Se no passado colonial os métodos pedagógicos-didáticos utilizados, os conteúdos das disciplinas, a finalidade da educação e a utilização do português contribuíram para transformar a escola num meio e instrumento de aculturação, com a independência de Cabo Verde, a cinco (5) de Julho de 1975, a educação passou a defender novas causas e a ser entendida como direito humano e instrumento de transformação social, devendo favorecer a promoção do indivíduo, a coesão e o desenvolvimento do país.

No período colonial, o currículo era único para a metrópole e para a colônia, sendo assim, somente era abordada a realidade de Portugal. Os estudantes passavam por um processo de assimilação⁴ a tudo o que era do colonizador, perdendo sua própria identidade. Já, para Morais (2009), apesar de no período pós-independência, a educação ter sido considerada um meio de transformação e desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana, tal propósito, não foi atingido. Para ele, embora os objetivos da educação se diferenciasssem daqueles do período colonial, no pós-independência, em termos curriculares, ainda:

A estrutura permaneceu idêntica à época colonial, sem alterações significativas. Os livros didáticos, tanto para o ensino básico como para o secundário continuavam sendo confeccionados em Portugal, com conteúdo e linguagem desgarrados da realidade socioeconômica dos estudantes cabo-verdianos, e a preços proibitivos à maioria das famílias. (p. 37-38)

O autor chama à atenção especificamente para o ensino secundário. Para ele, “[...] no ensino secundário, as disciplinas permaneciam com o mesmo conteúdo ministrado na época colonial, sem objetivos práticos”. (p. 38). Ou seja, após a independência o conteúdo das disciplinas eram voltadas para o ingresso no ensino superior, sem qualquer tipo de conteúdo que respondesse ao aprendizado do aluno sobre a realidade de Cabo Verde. Outra questão importante, levantada por ele, é que a perpetuação da ideologia de dominação colonial e de diferenciação social posta na vertente cultural do ensino pós-independência, pontifica na questão linguística. O português, era a língua oficial. Um paradoxo, já que, como forma de valorizar a cultura,

⁴ “Assimilação – um dos fatores predominantes nos processos de aprendizagem e de desenvolvimento cognitivo. Consiste na incorporação de novos conteúdos e situações aos que já são conhecidos do indivíduo e no ajustamento deste à nova organização cognitiva, de modo que continue comportando-se como em situações passadas.” (NICK; CABRAL, 2001, p. 31)

deveria ser necessária uma educação escolar que considerasse a língua cabo-verdiana, o crioulo, visto que é através da língua que a criança aprende sobre suas representações.

Morais (2009, apud TOLEDO, 2006, p. 25) salienta que,

A independência nacional trouxe grandes transformações econômicas, sociais e culturais à sociedade cabo-verdiana, e a prioridade estabelecida então foi para a educação, principalmente a educação básica, visando as crianças, jovens e adultos.

Ainda de acordo com Moraes (2009, p. 9) após a independência, particularmente a partir dos anos 1980, o país passa por avaliação de peritos internacionais, que declaram que a situação reinante, herdada do período colonial, era, no mínimo, “desesperadora”. Isto é, depois da independência o país ficou numa situação difícil, visto que continuou sendo dependente da colônia portuguesa. No entanto, para o autor, foi a partir desta avaliação que o cenário, no campo da educação, começou a se modificar, já que,

Identificou-se na educação o motor do desenvolvimento, apostando numa política de massificação da educação nas décadas de 1970, 80 e 90, o que permitiu que o país formasse os seus primeiros quadros. Assim, desde a independência, lançou-se no país um programa de desenvolvimento nacional que compreendeu, inicialmente, o envolvimento do Estado na economia, isto num contexto de regime monopartidário, onde o Estado assumiu uma política socioeconômica de caráter assistencialista. (MORAIS, 2009, p. 10)

A política de massificação da educação começou na década de 1970, 5 anos antes da independência, tendo se prolongado até a década de 1990, com o principal objetivo de fazer a formação de capital humano, como forma de desenvolvimento socioeconômico que se pretendia estabelecer no arquipélago. De 1970 a 1990 teve-se a educação como principal meio de formação de capital humano, como forma de desenvolvimento socioeconômico do arquipélago.

Ramos (s. a, p. 17), ao tratar do mesmo tema, afirma com a reforma do sistema educativo no período após a independência “[...] o governo apostou na educação com um claro intuito de reduzir a taxa de iliterácia que se situava na casa dos 75%, na altura da independência.” Uma das finalidades do governo, com a reforma, era de reduzir a taxa de analfabetismo existente no arquipélago e assegurar a continuidade dos estudos, principalmente no nível secundário, almejando, assim, uma formação

superior como forma de capacitar os cidadãos para o desenvolvimento e crescimento do país, para a autora, era imperioso ter indivíduos qualificados para assegurar o funcionamento das estruturas emergentes da administração pública e demonstrar a capacidade de sobrevivência do país de forma autónoma e independente. (RAMOS, s. a, p. 12)

Assegurar a qualificação, nesse sentido, era a possibilidade para ter indivíduos capacitados para desempenhar funções na administração pública, demonstrando capacidade de gestão e de sobrevivência de um país recém-independente.

Delgado e Melo (2016), afirmam que ao apostar na educação como o motor para o desenvolvimento, Cabo Verde recorre a ajuda internacional para implementar as novas reformas educacionais, uma vez que o país “não possuía condições para universalizar a educação nas ilhas”. Além disso, nos alertam que, naquele momento o país

Estava-se no processo de abertura política e, tendo em conta que se trata de um país com poucos recursos financeiros, as organizações internacionais – como Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Mundial – se transformaram nas fontes financiadoras por excelência dos projetos que se queria implementar. (p. 38)

No entanto, ao recorrer aos organismos internacionais, o país passa a depender dos mesmos. Para as autoras citadas, há, portanto, uma relação de poder entre eles. Já que, o financiamento das políticas públicas, contribui para o processo de internacionalização das políticas educacionais. (2015, p. 38)

Com a colaboração de organismos internacionais Cabo Verde tende a acatar com algumas exigências, como forma de fazer a internacionalização das políticas educacionais, para poder receber a ajuda e dar segmento com a reforma, Delgado e Melo (2015, p. 37) afirmam que embora “[...] o propósito de se universalizar o ensino-tendência global tem em conta particularidades do arquipélago.”. Ramos (s a, p. 17) menciona que no período da década de 1970 até o ano de 2000, foram realizados investimentos importantes na educação, sendo que o período entre 1986 e 1995 foi o que obteve maior destaque, pois foi o período em que houve maior investimento na área da educação, conforme mostra o quadro:

SECTORES	1978- 1981	1982- 1985	1986- 1990	1992- 1995	1998- 2000
Desenvolvimento Rural	27,9	20,2	22	13	19
Transportes e Comunicações	24,1	20,8	19,8	26,5	11,2
Educação e Desporto	3,8	6,7	11,1	13,2	8
Saúde e Bem-estar Social	2,9	2,7	9,4	4,2	14,3
Administração Pública	8,5	7	7,6	4,4	8,9
Construção	4	2,6	6,7	0,3	0
Habituação, Urbanismo e Saneamento	6,6	6,7	5,7	5,8	21,7
Indústria	7	19,5	5,3	8,8	6,5
Energia	5,8	5,9	5	10	0,2
Pesca e atividades afins	5,2	3,4	3,3	6,7	7,6
Turismo	2,3	2	2,8	5,7	0,4
Comércio	1,9	2,5	1	0,3	0
Comunicação Social e Cultura	0	0	0,3	0,4	0,2
Outros	0,7	2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: I, II, III, IV, V Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde

Em 1990, com apoio financeiro do Banco Mundial (BM) e do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), Cabo Verde tem sua primeira grande reforma no sistema educativo, com a implementação da *Lei de Bases do Sistema Educativo* (LBSE) – Lei n° 103/III/90 de 29 de Dezembro. A qual foi considerada

[...] como uma divisora de águas, uma virada histórica no campo educacional cabo-verdiano. Tal reforma sugeria um discurso pedagógico transformador e emancipador, passível de superar as narrativas educacionais eurocêntricas e homogeneizantes, dominantes. (2010, p.11)

Com a nova LBSE⁵, rompia-se com os discursos educacionais herdados do regime colonial português, tidas durante séculos como universais, reafirmando e respeitando as diversidades existentes em Cabo Verde. Em termos de organização, o sistema educativo, a partir da reforma, passou a compreender educação a pré-

⁵ LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

escolar, o ensino básico, o secundário, o médio e o superior. Embora com a nova LBSE em vigor, Morais (2009, p. 38) salienta que “no ensino secundário, as disciplinas permaneciam com o mesmo conteúdo ministrado na época colonial, sem objetivos práticos.” Para ele, as disciplinas não acrescentaram nenhuma mudança significativa no que diz respeito aos conteúdos, permanecendo, ainda, deslocados da realidade do arquipélago, mesmo havendo [...] a inclusão da disciplina ‘Cultura cabo-verdiana’ no currículo escolar, com um propósito claro: formar cidadãos conhecedores da sua terra e preparados para participarem da construção, do desenvolvimento do seu país. (DELGADO; MELO, 2016, p. 37). A introdução da disciplina cultura cabo-verdiana foi um meio de ensinar e, transmitir aos estudantes, conteúdos relacionados à realidade cabo-verdiana, com o objetivo de formá-los e prepará-los para a construção de um novo caminho para o futuro de Cabo Verde, como um país independente.

Novamente em 2010, por meio do Decreto-Legislativo n° 2/2010 de 7 de Maio, ocorreu uma reformulação da LBSE - Lei n°103/III/90 de 29 de dezembro, com a finalidade de rever as bases do sistema educativo aprovadas na primeira reforma. Porém, a reformulação da lei ficou mais voltada para a modernização do sistema educativo cabo-verdiano. (DELGADO; MELO, 2016, p. 43). A educação passou a ter objetivos práticos, sem perder totalmente seu papel de fazer da escola um espaço de construção de identidade. Sobre a identidade cultural, o decreto-lei no artigo 9°, estabelece que “a educação deve basear-se nos valores, necessidades e aspirações coletivas e individuais e ligar-se à comunidade, associando ao processo educativo os aspectos mais relevantes da vida e da cultura cabo-verdiana.” (DELGADO; MELO, 2016, p.4) O ensino deveria ter como prioridade todos os aspetos que fossem pertinentes à vida e à cultura da sociedade, como forma de fazer com que o estudante se identificasse com aquilo que era aprendido na escola, podendo adequá-lo, assim, à realidade social a qual ele pertence.

A partir do novo Decreto-Legislativo n° 2/2010 de 7 de Maio de 2010 ficou estabelecido a

[...] necessidade da revisão curricular, o incremento da introdução de tecnologias de informação e comunicação, a qualificação do corpo docente, uma maior intervenção dos agentes locais no âmbito do alargamento da descentralização de poderes, uma maior conexão do sistema educativo face à expansão da universalidade do ensino e da educação, buscando sempre o reforço da solidariedade social e a qualidade do ensino superior, enquanto factores de desenvolvimento e de inserção competitiva do país no mercado mundial. (BOLETIM OFICIAL, 2010, p. 2)

Com o novo decreto a estrutura do ensino de acordo com o artigo 12° ficou da seguinte forma: “o sistema educativo compreende os subsistemas da educação pré-escolar, da educação escolar e da educação extra-escolar [...]” (BOLETIM OFICIAL, 2010, p. 5). Houve o acréscimo, no sistema educativo, da educação extra-escolar, cujo objetivos, de acordo com o artigo 55° era:

- a) Eliminar o analfabetismo literal e funcional;
- b) Contribuir para a efetiva igualdade de oportunidades educativas e profissionais dos que não frequentarem ou abandonarem o sistema formal do ensino;
- c) Preparar cidadãos nos planos cívicos, culturais e profissional capazes de intervir no processo de desenvolvimento do país, promovendo a formação numa perspectiva de educação recorrente e permanente;
- d) Favorecer a continuidade de estudos ao nível da pós-alfabetização, quer na educação formal, quer na formação profissional;
- e) Desenvolver atitudes, conhecimentos e capacidades necessários à realização de tarefas laborais e específicas;
- f) Desenvolver a formação tecnológica com vista à aquisição de habilitações profissionais adequadas;
- g) Promover a elevação do nível técnico dos trabalhadores através de ações de formação periódicas numa perspectiva de atualização e valorização constantes dos recursos humanos. (BOLETIM OFICIAL, 2010, p. 14)

No que se refere a identidade, com o Decreto-Legislativo a educação deveria contribuir para a construção e afirmação da identidade dos estudantes, através de conteúdos que possibilitassem esse conhecimento. Por isso, um dos objetivos da educação, constante no artigo 5° é que “deve contribuir para salvaguardar a identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacionais e fator estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade.” (BOLETIM OFICIAL, 2010, p.4). Ainda, sobre identidade, o decreto reforça que “com o objetivo de reforçar a identidade cultural e de integrar os indivíduos na coletividade em desenvolvimento, o sistema educativo deve valorizar a língua materna, como manifestação privilegiada da cultura.” (BOLETIM OFICIAL, 2010, p.4). Uma vez que

a língua é um elemento essencial no processo de construção de identidade, a educação deve valorizar a língua, nesse caso, o crioulo. Por isso, o decreto estabelece que a educação escolar deve ser um espaço para “promover o conhecimento, apreço e respeito pelos valores que consubstanciam a identidade cultural cabo-verdiana.” (BOLETIM OFICIAL, 2010, p. 7). A escola deve ser um espaço que promova o conhecimento, apreço e respeito por elementos pertencentes a identidade cultural cabo-verdiana, dentre eles a língua, a história, a tradição, etc.

Em 2017, ocorreu na ilha de Santiago, cidade da Praia, capital do país o III Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares Educação, Formação e Crioulidade, no qual foi reforçado que: O artigo 9º, a propósito da relação entre Educação e Identidade cultural, estabelece, no nº 2, o seguinte: Com o objetivo de reforçar a identidade cultural e de integrar os indivíduos na coletividade em desenvolvimento, o sistema educativo deve valorizar a língua materna, como manifestação privilegiada da cultura. (AFONSO; VIANA; QUINT, 2017, s. n)

Durante muito tempo a língua foi usada como ferramenta para dominar e discriminar o colonizado, por isso, a obrigatoriedade do ensino da língua cabo-verdiana é uma forma de inculcar, no indivíduo, o autoconhecimento de sua identidade, pois a língua é um dos elementos fundamentais para a construção de identidade do indivíduo e aceitação de sua africanidade e, “a Lei de Bases do Sistema Educativo, já não coloca reservas à introdução da LCV no sistema de educação”. (AFONSO; VIANA; QUINT, 2017, s n).

Dentre os objetivos da política pública, a mesma Lei estabelece, no artigo 10º que se deve “aprofundar o conhecimento e a afirmação da escrita da língua nacional cabo-verdiana, enquanto primeira língua de comunicação oral, visando sua utilização oficial a par da língua portuguesa”. (AFONSO; VIANA; QUINT, 2017, s n). Isto é, dar a LCV⁶ o mesmo tratamento que é dado a língua portuguesa, passando a ser oficialmente usada nos espaços públicos, educativos, etc. pois a língua é uma das marcas deixadas pelo colonizador e por isso, não deve ser supervalorizada em relação a LCV.

⁶ LCV - Língua cabo-verdiana

5 QUADRO TEÓRICO

O quadro teórico em questão segue as orientações do Professor Antônio Joaquim Severino, em seu livro *Metodologia do Trabalho Científico* (2007). Ao nos ensinar sobre a estrutura para a elaboração de um projeto, ele nos diz que tal quadro, “trata de esclarecer as várias categorias que serão utilizadas para dar conta dos fenômenos a serem abordados e explicadas”. (p. 131) Sendo assim, que – neste momento, podendo ser ampliadas – consideramos fundamental para a análise dos dados que serão coletados, as categorias que se seguem:

5.1 AFROCENTRISMO

De acordo com Asante (apud NASCIMENTO, 2009, p. 93) a “afrocentricidade é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos.” Para ele, visão afrocêntrica, permite-nos colocar a África e os/as africanos/as no centro. O autor, citado por Nascimento nos ensina que “a afrocentricidade emergiu como um processo de conscientização política de um povo que existia à margem da educação, da arte, da ciência, da economia, da comunicação e da tecnologia tal como definidas pelos eurocêntricos.” (2009, p. 94). Nesse sentido a afrocentricidade é um processo político daqueles que durante séculos foram oprimidos e silenciados, sendo marginalizados e/ou apagados do seu próprio processo histórico.

A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos, econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. (ASANTE apud NASCIMENTO, 2009, p.93)

Ainda, para o autor, a questão de localização é importante porque os africanos vêm atuando na margem da experiência eurocêntrica. Tudo o que aprendemos em relação a história, geografia, linguística, cultura, política, etc. era, e ainda, continua sendo, focalizado na Europa/Ocidente. É essencial que tenhamos consciência de todo o processo de apagamento histórico e cultural pelo qual nós africanos fomos

submetidos. Sendo, assim “a ideia de conscientização está no centro da afrocentricidade por ser o que a torna diferente da africanidade.” (ASANTE apud NASCIMENTO, 2009, p. 94). A “afrocentricidade é a conscientização sobre a agência dos povos africanos.” (2009, p. 94). E o objetivo do afrocentrista é manter o africano dentro, e no centro, de sua própria história. (2009, p. 97). Segundo a visão afrocêntrica, todo conhecimento deve ser emancipador. (2009, p. 104). Para o autor todo e qualquer conhecimento deve servir para a emancipação dos povos oprimidos, dando a “ferramenta” necessária para se libertarem.

5.2 DESCOLONIZAÇÃO

É necessário que tenhamos uma compreensão do processo educativo e das diretrizes educacionais como meio de transformação da sociedade à qual pertencemos. Dessa forma, segundo Tavares (2015, s n) “com a proclamação da independência política, e no âmbito do projeto de reconstrução de uma nova sociedade nas ex-colônias, as escolas assumiram como tarefa mais importante, a “descolonização e a reafrikanização das mentes””.

Na perspectiva do autor

A “descolonização das mentalidades”, que equivale à “reafrikanização dos espíritos”, pressupõe, mais do que a emancipação política, também a “revolução cultural”, que deveria traduzir-se principalmente na valorização e inclusão da língua e cultura nativas no sistema de ensino. (TAVARES, 2015, s. n)

Concordando com o autor, é possível reafrikanizar o espírito quando o indivíduo passa pelo processo de descolonização das mentes, ou seja, um processo leva ao outro, sendo impossível estudá-los de forma separados. Levando, conseqüentemente, a emancipação política e a revolução cultural que implica a valorização e a inclusão da língua e da cultura cabo-verdiano no sistema de ensino. Teoria defendida por Amílcar Cabral na qual afirma que: “[...] não existe libertação sem a “descolonização das mentes”.” (CABRAL apud ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 15)

Ainda, para Tavares (2015, s. n) torna-se complicado fazer o processo de descolonização das mentes pela educação, usando da língua portuguesa, sendo que ela serviu como meio de opressão. O autor ressalta, que:

O uso do português como única língua de instrução nos PALOPs, ameaça o projeto político de “reafricanização das mentalidades”, perpetuando a reprodução daqueles valores colonialistas que eram e que ainda são inculcados por meio do uso da língua portuguesa. (2015, s n)

Nessa perspectiva, Freire citado por Romão e Gadotti, (2012, p. 69) afirma que “não era possível reafricanizar o povo, utilizando o meio que os desafricanizou”. É impraticável fazer a descolonização da mente utilizando da língua portuguesa, língua que serviu como meio de opressão durante todo o regime colonial. Segundo os autores “a língua portuguesa como língua do colonizador estava impregnada dos valores culturais dos colonizadores.” (2012, p. 77). A língua portuguesa carrega marcas do colonialismo, processo de apagamento histórico da língua materna, dos costumes e de tudo que ligava o colonizado a sua pátria, portanto, não deve ser utilizada no processo educativo e nem ser utilizado como língua oficial de Cabo Verde. Paulo Freire defendia que “o trabalho educativo pós-colonial se impõe como tarefa de descolonização das mentes e dos corações.” (FREIRE apud ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 101) E, para isso, era necessário valorizar a língua materna dos povos.

Freire e Macedo defendem que a “[...] reinvenção da própria história não pode ser cumprida por meio de uma língua que nega a realidade de um povo.” (2013, p.306). É impossível reescrever a história utilizando-se da língua que negou a realidade de um povo durante séculos. Sobre isso, Freire e Macedo afirmam que:

Um projeto de alfabetização que tome por referência a língua do colonizador torna-se agressivo não só aos sujeitos como também à sociedade local em seu processo de reescrita e emancipação, pois a alfabetização é uma *prática transformadora*, logo *política*, fazendo com que os sujeitos assumam sua própria história [...] (2013, p. 306)

Através da língua há uma identificação histórica por parte dos indivíduos, por isso a língua cabo-verdiana ao ser utilizada como meio de alfabetização, permite ao indivíduo assumir e reconhecer a sua identidade.

Para Freire citado por Romão e Gadotti “a escolha do crioulo como língua oficial e nacional representaria a possibilidade de criar uma sociedade nova.” (2012, p. 69). Ainda, Freire defendia que para se criar uma nova sociedade livre dos traços coloniais herdados do colonialismo era preciso oficializar a língua nacional. No caso de Cabo Verde, após a independência era oficializar a língua cabo-verdiana como forma de valorizar e dar o mesmo tratamento que a língua portuguesa, língua que foi imposta

pelo colonizador como forma de mostrar sua “superioridade” em relação aos escravizados. Por isso, é importante para o processo de descolonização que se tenha na língua cabo-verdiana, como língua oficial do arquipélago e que o sistema de ensino tenha a LCV como a primeira língua a ser ensinada no processo de aprendizagem.

Tavares partilhando da mesma teoria que Freire, salienta que:

O que se pretendia não era propriamente a eliminação das línguas europeias legadas pelo colonizador, enquanto fatores de cultura, mas idealizava-se imprimir aos idiomas locais sua dignidade própria, tanto do ponto de vista instrumental, quanto ético. Era necessário imprimir à educação africana um carácter multicultural, passível de absorver os aportes autóctones antes dilacerados pelo regime colonial europeu. (TAVARES, 2015, s n)

O que se pretende com a oficialização das línguas nacionais não é a eliminação das línguas europeias, e sim, resgatar o valor da língua nacional antes renegada pelos europeus. Pois, de acordo com Tavares, durante o período colonial o papel das escolas era de fazer a “des-africanização da mente” dos colonizados e a sua integração na cultura e civilização europeia.” (2015, s n). A escola, durante o período colonial, servia como meio de assimilação da cultura e da língua do colonizador fazendo com que o colonizado fosse considerado civilizado. Após a independência, o papel das escolas era fazer o caminho inverso, isto é a escola deveria retratar a realidade do país a qual o indivíduo pertence, ocorrendo, desta forma, ao que Freire denomina como “conscientização” e Cabral denomina como “africanização dos espíritos” (FREIRE; CABRAL, apud ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 8)

5.3 POLÍTICAS CURRICULARES

Conforme Lopes (apud GARCÍA, 2001, p. 113), “[...] as políticas curriculares são entendidas como políticas culturais – políticas que visam orientar determinados desenvolvimentos simbólicos, obter consenso para uma dada ordem e/ou para transformação social almejada.” Toda política curricular é parte de uma seleção cultural, visando um consenso ou a transformação social. A autora afirma que “as políticas curriculares não se resumem apenas aos documentos escritos, mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplos sujeitos no corpo social da educação.” (2003, p. 111). Nessa perspectiva, é necessário proceder

[...] a construção de novos sentidos para as políticas curriculares. Isso permitirá que outras propostas curriculares com princípios diversos, nos estados e municípios, e mesmo nas escolas, tenham maior espaço para produzir novos sentidos para as políticas curriculares, valorizando o currículo como espaço da pluralidade de saberes, de valores e de racionalidades. (2003, p. 116)

É necessária a construção de políticas curriculares com um novo sentido, dando oportunidade das escolas de diferentes comunidades produzirem currículos que sejam adequados para a realidade do estudante, não alterando o que foi proposto pelo Ministério de Educação, mas, fazendo as adaptações necessárias para que o currículo não fique distorcido da realidade do estudante.

5.4 CURRÍCULO

Conforme Silva (2005, p. 148) “[...] o currículo é uma construção social. O currículo é uma invenção social como qualquer outra: o Estado, a nação, a religião, o futebol... Ele é o resultado de um processo histórico.” Ele mostra que o processo de construção do currículo se deu “[...] através de processos de disputa e conflitos sociais, certas formas curriculares – e não outras – tornaram-se consolidadas como o currículo.”

Também, o autor afirma que

[...] o currículo é, definitivamente, um espaço de poder. O conhecimento corporificado no currículo carrega as marcas indelévels das relações sociais de poder. O currículo é capitalista. O currículo reproduz – culturalmente – as estruturas sociais. O currículo tem um papel decisivo na reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista. O currículo é um aparelho ideológico do Estado capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político. (SILVA, 2005, p. 147-148)

Munanga (2013, p. 28) compartilhando da mesma teoria, resume que “os currículos que temos reproduzem a visão do Estado.” Nesse sentido, é impossível pensar no conceito de currículo sem relacioná-lo com o capitalismo, visto que o currículo é o meio pelo qual se mantém estabelecidas as relações de poder da classe dominante sobre a classe dominada. Pois, de acordo com Silva,

O currículo contribui para reproduzir a estrutura da sociedade capitalista. O

currículo atua ideologicamente para manter a crença de que a forma capitalista de organização da sociedade é boa e desejável. Através das relações sociais do currículo, as diferentes classes sociais aprendem quais são seus respectivos papéis nas relações sociais mais amplas. Há uma conexão estreita entre o código dominante do currículo e a reprodução de formas de consciência de acordo com a classe social. A formação da consciência – dominante ou dominada – é determinada pela gramática social do currículo. (2005, p. 148)

Ainda, na perspectiva de Silva (2005, p. 149) “[...] o currículo e a sociedade seriam finalmente emancipados e libertados, se pudéssemos nos livrar das relações de poder inerentes ao capitalismo, o conhecimento corporificado no currículo já não seria um conhecimento distorcido e espúrio.” É necessário que o currículo sirva como um meio emancipatório e libertador para os indivíduos. Sobre essa teoria Munanga afirma que “uma sociedade que quer mudar, uma sociedade que se revê constantemente, tem necessariamente que rever seus currículos escolares de acordo com a demanda da sociedade, de acordo com a evolução desta sociedade.” (2013, p. 29)

Por isso, busco trazer no presente trabalho as diretrizes implementadas em Cabo Verde como estratégia de descolonização curricular, uma vez que o currículo educacional usado no período colonial não pode continuar sendo usado nos dias de hoje, sendo necessárias as devidas reformas de modo a adequá-lo às novas demandas. Para Munanga (2013, p.29) esse novo currículo não implica a exclusão, nem de substituição de um centrismo por outra forma de centrismo, mas é premente incluir outras visões de mundo. Essa mudança é, exclusivamente, para incluir os outros saberes antes excluídos do currículo.

6 METODOLOGIA

Segundo Gil (apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 17) a pesquisa é um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Para dar respostas a esses problemas é necessário seguir etapas pré-estabelecidas, dentre os quais a metodologia, que na perspectiva de Fonseca citado por Silveira e Córdova “é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo”.

Para responder ao problema e alcançar os objetivos (geral e específicos) da

pesquisa, farei uso do método qualitativo. Este que, segundo (GERHARDT e SILVEIRA (Orgs), 2009, p. 31): se preocupa com “o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

Com a pesquisa qualitativa busca-se “explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”, nela, não há uma quantificação dos valores e das trocas simbólicas “nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos⁷ (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível e o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. (GERHARDT e SILVEIRA (Orgs), 2009, p. 32).

As características da pesquisa qualitativa são:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GERHARDT e SILVEIRA (Orgs), 2009, p. 32).

Sendo assim, primeiramente, será realizado um aprimoramento do levantamento bibliográfico, visando melhor aprofundamento da temática proposta. Em seguida, serão selecionadas escolas para a realização da pesquisa e, a partir daí farei o levantamento e a análise dos currículos implementados em uma escola do ensino primário e outra do ensino secundário, em Cabo Verde. O objetivo é verificar se contém, nos currículos, conteúdo sobre a cultura e a língua cabo-verdiana, ou seja valores culturais que possibilitem a identificação e aproximação dos estudantes com o país.

Pretendo, realizar a pesquisa de campo na ilha de Santiago, por ser a ilha onde ocorreu uma boa parte do meu percurso acadêmico. Utilizarei também como procedimento, a técnica de entrevista com professores do ensino primário e com alunos do ensino secundário, com o objetivo de saber suas percepções em relação a identidade cultural cabo-verdiana, a partir dos currículos escolares.

Com professores/as especificamente, serão realizadas - entrevistas

⁷ Análise de dados nominais sem qualquer noção de similaridade ou mesmo ordem; usa vetores de características com valores reais e discretos e com métricas estabelecidas. Disponível em: <http://recpad.info/arquivos/aula11/aula11_2011.pdf>.

semiestruturadas, afim de obter a perspectiva destes em relação aos currículos escolares e, identificar qual é a visão deles/as sobre o que seria uma educação africanizada ou descolonizada. A opção por fazer entrevista com professores/as, é que por meio delas, serão obtidas bases necessárias para desenvolver entrevistas com os alunos/as do ensino secundário. A entrevista será direcionada para o contexto - a partir do currículo e da prática docente, tendo como entrevistados/as os professores/as do bairro de Achada São Filipe-Praia.

A opção por utilizar o método da entrevista, é que segundo Richardson (2012, p.208) a mesma se desenrola a partir de perguntas pré-formuladas, isto é, feitas antes da entrevista, esse tipo de técnica possibilitará maior liberdade para as respostas do/a entrevistado/a. Com o método da entrevista, será possível estabelecer um maior contato com os/as entrevistados/as e, a partir, daí, obter respostas mais adequadas às perguntas, visto que eles/as terão maior liberdade. Permitindo, maior exploração das respostas em relação aos tópicos que irei utilizar para a pesquisa.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Eleutério; VIANA, C. Isabel; QUINT, Nicolas. **III Colóquio Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares Educação, Formação e Crioulidade. Realidade curricular cabo-verdiana e a crioulidade.** UniCV. Praia. 2017.

BARBOSA, Muryatan Santana. **Eurocentrismo, História e História da África.** Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana- USP, nº 01, p. 46-63, 2008.

DA REPÚBLICA DE CABO VERDE. **Boletim Oficial.** Praia. N° 17. Decreto-Legislativo, nº 2/2010, de 7 de Maio de 2010.

DELGADO, Paulo Sérgio Graça; MELO, Marilândes Mól Ribeiro. **Reforma educacional em Cabo Verde e a internacionalização das políticas educacionais.** 2016.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: Leitura do mundo, leitura da palavra.** Tradução de: OLIVEIRA, Lólio Lourenço de. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa.** 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE, **CENSO,** 2016.

LOPES, Alice Casimiro. **Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?**

MORAIS, Joaquim Jorge Monteiro. **Cabo Verde: Um Projeto de País e a Ideologia da Educação como estratégia para o desenvolvimento. Estudo da constituição do ensino técnico.** Curitiba. 2009.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, em 5 nov. 2003.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentrismo: uma abordagem epistemológica inovadora.** São Paulo: Selo Negro, 2009. (Pag.93-109).

NICK, Eva. CABRAL, Álvaro. **Dicionário Técnico da Psicologia.** 2001. (p. 32) disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=lfFpKryM8VMC&pg=PA32&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 26 abril 2018

PEREIRA, Ana Mafalda Furtado. **Subsídios para a História da Educação em Cabo Verde: Organização e Funcionamento do Sector dos Primórdios à Primeira República Portuguesa.** 2ª Edição. Praia-2015.

RAMOS, Maria da Luz. **O fenómeno elitista em Cabo Verde: o papel da**

educação escolar.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3ª Ed. – 3.ed.reimp. – São Paulo: Atlas, 2012.

ROBERTO, Muryatan Santana. **Eurocentrismo, história e história da África.** Revista de história da África e de estudos da diáspora africana. N° 1 junho, 2008.

ROMÃO, José E.; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma Introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica. In: Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TAVARES, Fernando. **Os limiares críticos da educação na “África Lusófona”.** 2015.

VIEIRA, Arlindo. **Reformas curriculares em Cabo Verde.**

SITES CONSULTADOS:

Disponível em: <http://vida.planetavida.org/paises/cabo-verde/o-pais/economia-de-cabo-verde/>. Acesso em: 06 maio 2018

Disponível em: <https://pt.actualitix.com/pais/afri/africa-indice-de-democracia.php>. Acesso em: 09 maio 2018

Disponível em: <https://observador.pt/2018/04/03/economia-cabo-verdiana-cresceu-39-em-2017/>. Acesso em: 06 maio 2018